Cliente: CBH-Doce
Veículo: Portal Encob
Data: 24/06/2016

De complexo da alegria a algoz do Rio Doce

A cidade de Mariana foi afetada pelo maior desastre mundial envolvendo rompimento de barragens que afetou e ainda continua provocando impactos incalculáveis para a bacia do Rio Doce, além de diversos prejuízos para outros municípios banhados pelo curso d´água.

Cinco de novembro de 2015. Esta data vai ficar para sempre na memória dos moradores da pequena Bento Rodrigues. Distrito da cidade mineira de Mariana, o lugarejo de pouco mais de 600 habitantes foi literalmente engolida por uma avalanche de rejeitos de minério de uma das barragens da região, chamada Fundão, de propriedade da mineradora Samarco. Em um complexo formado por três barragens (Além de Fundão, havia as barragens de Germano e Santarém), eram depositados os rejeitos provenientes do processo de beneficiamento do minério bruto. Por ironia do destino, este complexo recebia o nome de "Alegria". Além de Bento Rodrigues – distrito mais atingido –, também foram tragadas pelo mar de lama as cidades de Barra Longa e Paracatu de Baixo. Os números oficiais dão conta de 17 mortos, duas pessoas desaparecidas e 328 famílias desabrigadas. Mas os impactos ambientais são incalculáveis, principalmente pelo enorme volume de lama que, além de atingir diretamente as comunidades, seguiu seu caminho até encontrar o rio Doce. Estima-se que cerca de 62 milhões de metros cúbicos de lama tenham vazado de Fundão, percorrendo toda a extensão do Rio Doce até desaguar no mar, na cidade de Regência, no Estado do Espírito Santo. Além do rio Doce, vários riachos, córregos e cursos d'água foram afetados, causando danos imediatos, causando problemas gravíssimos para a captação de água para consumo da população, para uso na agricultura e indústrias, além de prejudicar a geração de energia, trazendo grande prejuízo econômico para um setor que já sofria com a grave crise hídrica recente.

Tendo em vista as consequências imediatas para o meio ambiente, o termo tragédia define bem o que se houve após o desastre, mas a real extensão dos danos ainda é incalculável. Para o Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, os impactos afetaram e, ainda, continuam prejudicando toda forma de vida na bacia do rio Doce, uma vez que o desastre ainda está em curso. "Foi o maior desastre mundial dessa natureza já registrado envolvendo barragens de rejeitos de mineração e em termos de volume de material extravasado. Os desdobramentos e os impactos desse acidente ainda estão acontecendo", afirma.

O desastre comprometeu a pesca em toda a extensão do rio Doce e na transição com o ambiente marinho. O turismo também foi afetado, sobretudo, na região do estuário do

rio Doce, destacou Diretor Presidente da ANA. “A lama destruiu áreas de preservação permanente nos trechos de cabeceira e assoreou os corpos hídricos. Além disso, alterou a morfologia das águas atingidas e desequilibrou os ecossistemas aquáticos, uma vez que ocorreu mortandade de peixes e de outros organismos”, pontuou Andreu Guillo.

Segundo o laudo técnico preliminar do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o rompimento da barragem causou a destruição de 1.469 hectares ao longo de 77 km de cursos de água. De acordo com Andreu Guillo, a qualidade da água vem sendo monitorada por vários atores, segundo diferentes perspectivas, em amostras regulares, tanto nas estações que integram a rede de qualidade da água mantida pelos órgãos gestores, quanto pelo acompanhamento da qualidade das captações nas estações de tratamento dos sistemas de abastecimento público e também na saída para as redes de distribuição depois de tratadas. “As últimas medições de que dispomos indicam que todos os parâmetros de qualidade da água bruta já se apresentam dentro dos padrões existentes antes do desastre como, por exemplo, a turbidez nas estações de Governador Valadares, monitorada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)”, apontou. “No entanto, quando há chuvas os sedimentos de fundo são revolvidos e a turbidez volta a subir, de acordo com a intensidade das chuvas”, completou Guillo.

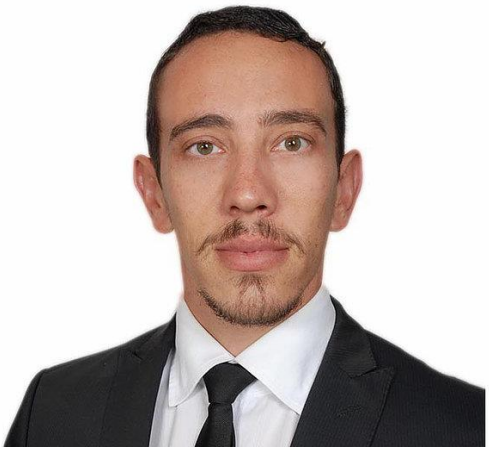
Ainda segundo o Diretor Presidente da ANA, três usinas hidrelétricas (UHE) já voltaram a gerar energia: Mascarenhas, Baguari e Aimorés. Já a UHE Candonga, mais afetada pela tragédia, não tem perspectiva de voltar a operar. No reservatório da usina estão cerca de 9,1 milhões de m³ de rejeitos provenientes da barragem de Fundão e de material arrancado das margens dos rios Gualaxo do Norte e do Carmo. “Serão necessárias medidas de recuperação do reservatório e uma avaliação das condições dessa UHE antes que possa ser retomada a sua operação”, ressaltou Andreu Guillo.

Legislação, fiscalização e aplicação das leis: instrumentos fundamentais para sustentabilidade

Após o ocorrido em Mariana houve uma grande comoção da opinião pública e, posteriormente, pressão por ações, tanto para se minimizar os danos causados, quanto para a punição dos responsáveis. Tal cobrança teve a função de ligar um sinal de alerta e colocar em voga os riscos do funcionamento das barragens de rejeito. Houve imediatamente após a tragédia uma busca para se saber qual o alcance da legislação – tanto punitiva, quanto regulatória – vigente, bem como sobre as ações fiscalizatórias dos órgãos responsáveis, uma vez que há o risco iminente de que tragédias do mesmo tipo se repitam. E o que se viu está longe de ser o ideal para garantir a segurança nas operações de outras barragens. Para o Procurador da república em Ipatinga MG, Eduardo Henrique de Almeida Aguiar, a fiscalização das empresas mineradoras esbarra

na ineficiência dos órgãos fiscalizadores, que sofrem historicamente com a falta de recursos e de pessoas. “As agências de fiscalização brasileiras, em geral, sofrem de insuficiência de recursos materiais, financeiros e humanos. No caso específico do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a fiscalização da segurança da barragem ficou a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A inspeção foi realizada por uma empresa contratada pela própria fiscalizada, que apresentou os laudos de estabilidade que foram encaminhados ao DNPM, e este, por falta de pessoas, não realizou a devida conferência destes dados no local, ou seja, tratou-se de uma fiscalização formal”, relatou Aguiar.

Em um contraponto à falta de recursos e de pessoal, a legislação ambiental vigente no Brasil é considerada uma das mais modernas no mundo. “A legislação ambiental é bastante avançada no ordenamento jurídico brasileiro, dotando o Poder Público de instrumentos jurídicos suficientes a prevenir acidentes ambientais”, destacou o Procurador da República Eduardo Aguiar. Falta a aplicação por parte dos órgãos responsáveis bem como uma maior fiscalização, sendo que tais ações quase sempre esbarram na morosidade, tendo em vista o pouco efetivo de fiscais para atendimento de um território tão grande quanto o brasileiro. Para o Ex-Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, faltam investimentos, poder de decisão e fiscalização das instituições ambientais responsáveis pela liberação de licenças e de fiscalizações posteriores ao licenciamento. “Os órgãos fazem o que podem com os recursos que têm. Mas não estão dotados, inclusive as instituições federais, dos meios de implementação para um licenciamento eficaz e um acompanhamento permanente. Por esta razão, temos uma fiscalização frágil, aleatória, assistemática e intermitente, sem capacidade para prevenir e identificar os problemas que levam aos pequenos e grandes desastres”, afirma. Carvalho também destaca que a legislação é satisfatória, entretanto, é necessário que haja aplicação adequada. “A legislação não é ruim, embora sempre possa ser aprimorada. Aliás, o país tem uma lei específica sobre segurança de barragem de rejeitos. Pode ser melhorada, mas a gênese do problema é institucional, em razão da incapacidade dos órgãos em cumprir as normas. Temos graves problemas de execução. A melhor lei, sem aplicação adequada, é letra morta”, ressaltou.



Procurador Eduardo Henrique de Almeida Aguiar

Eduardo Aguiar destaca que a legislação ambiental é avançada, entretanto falta a aplicação por parte dos órgãos responsáveis, além de uma fiscalização mais ampla.

Para o Eduardo Aguiar, a situação dos órgãos fiscalizadores não é boa e necessita de investimentos. “Infelizmente a realidade dos órgãos de fiscalização é triste, de verdadeiro sucateamento, como no caso do DNPM, que carece de material humano para atender ao dever de fiscalização da atividade minerária no país”, enfatizou. De acordo com o Diretor Presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, houve um aumento significativo no número de barragens vistoriadas em campanhas de fiscalização, que passaram de 188 em 2012, para 701 em 2015. O rompimento da barragem de Fundão aconteceu em 2015 e o relatório de segurança de barragem de 2016 deverá mostrar novos resultados em relação às fiscalizações. “O acidente de Mariana será sempre uma referência para o aprimoramento das leis e da atuação dos órgãos e empreendedores”, ressaltou Andreu Guillo.

Aguiar destaca que o DNPM, a pedido do Ministério Público Federal, realizou fiscalização “in loco” de todas as barragens de mineração no Estado de Minas Gerais e vem apresentando os resultados, inclusive com a interdição de algumas. “A intenção é que esta ação seja expandida para todo o território nacional. Também vem sendo exigido maior rigor na concessão de licenças ambientais por parte dos órgãos responsáveis e na aprovação dos planos de aproveitamento econômico por parte do DNPM”, relatou o procurador. Ainda de acordo com Aguiar, o DNPM vem estudando a forma de acatar recomendação do Ministério Público Federal para exigir a reintrodução dos resíduos em outra cadeia econômica, como forma de se impedir, ou ao menos reduzir drasticamente, em longo prazo, a existência das barragens de rejeitos.

Recuperação e perspectivas para o futuro

O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em março de 2016 pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo com a mineradora Samarco, estabeleceu programas e projetos, tanto reparatórios, quanto compensatórios para os impactos socioambientais e socioeconômicos. O programa inclui várias ações para reparar os impactos ambientais, além disso, o documento prevê também ações para que sejam minimizados os impactos na vida das pessoas atingidas pelo desastre. Para se garantir o cumprimento dos termos foi criada uma fundação de direito privado para gerir os recursos oriundos da Samarco. Dentre os programas socioambientais ajustados no TTAC estão gestão de rejeitos, recuperação e melhoria da qualidade da água, restauração florestal, conservação da biodiversidade, segurança hídrica, controle da qualidade da água, educação, comunicação e informação, preservação e segurança ambiental, gestão e uso sustentável da terra e gerenciamento do plano de ações. Já entre os programas socioeconômicos estão organização social, infraestrutura, educação, cultura e lazer, saúde, inovação, economia para as comunidades atingidas pela tragédia.

Vicente Andreu Guillo

O acidente de Mariana será sempre uma referência para o aprimoramento das leis e da atuação dos órgãos e empreendedores, destacou Andreu Guillo.
Foto: Raylton Alves/Banco de Imagens – ANA

Segundo Andreu Guillo, a ANA decidiu repassar R$ 10,9 milhões de seu orçamento para a Agência de Bacia do rio Doce e para o IBIO AGB Doce. “O apoio financeiro é destinado para a realização de estudos especiais associados ao desastre, envolvendo questões relacionadas ao abastecimento de água e eventos críticos, tanto com relação ao controle de cheias, quanto para modelo de previsão de ações para propagação de ondas de cheia”, frisou o Diretor Presidente a ANA. Guillo observou também que antes do acidente de Mariana o dinheiro da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce já vinha sendo utilizado para a produção de planos de saneamento municipais na Bacia. “Cerca de 150 municípios já fizeram ou estão concluindo seus planos. A existência dos mesmos contribuirá muito para a despoluição da Bacia”, afirma.

José Carlos Carvalho

Para José Carlos Carvalho faltam investimentos, poder de decisão e fiscalização das instituições ambientais responsáveis pela liberação de licenças e de fiscalizações posteriores.
Foto: Léo Lib

Para José Carlos Carvalho, pode-se aliar mineração com sustentabilidade. “Considero perfeitamente possível conciliar a atividade minerária com a proteção ambiental. Contudo, é necessário mudar os paradigmas operacionais e desenvolver novas tecnologias de exploração”, pontuou Carvalho. O Diretor Presidente da ANA ressalta

que é preciso equilibrar desenvolvimento e crescimento econômico com a necessidade de conservação ambiental. “Devemos fortalecer as políticas ambientais e de recursos hídricos, além das regras que regulamentam as atividades mineradoras”, ressaltou Andreu Guillo.

O desastre ambiental afetou não somente um distrito, uma cidade ou Estado. A tragédia interrompeu vidas, destruiu famílias e histórias, causou desemprego e prejuízos para a economia, principalmente, das localidades mais atingidas. A catástrofe afetou significativamente o meio ambiente, causando prejuízos incalculáveis. Espera-se que os responsáveis sejam punidos e que a lei seja cumprida. Há um clamor da sociedade para que haja avanços nas fiscalizações, que a legislação seja aprimorada e, de fato, cumprida. Além disso, é necessário que os órgãos governamentais que atuam na fiscalização e licenciamento da atividade minerária tenham reais condições para exercerem o trabalho, minimizando as possibilidades de que desastres desta natureza voltem a ocorrer.

O XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) com o tema “Comitês de Bacias: A gestão das águas acontece aqui” é realizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). O Evento tem o apoio do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria do Meio Ambiente (Sema). O Encob é patrocinado pela Agência Nacional de Águas (ANA), pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e pela Suzano Papel e Celulose.

Leandro Félix e Cláudio Dornellas – Inspirar Agência de Comunicação.

Jornalista Responsável: Isabela Lobo
Link de Acesso: http://www.encob.org/#!De-complexo-da-alegria-a-algoz-do-Rio-Doce/c1asg/577581bb0cf231749dcbd068